## LÚCIO ANTÔNIO CHAMON JUNIOR

Mestre em Ciências Penais e Doutor em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

# IMPUTAÇÃO OBJETIVA E RISCO NO DIREITO PENAL

DO FUNCIONALISMO À TEORIA DISCURSIVA DO DELITO



#### CATALOGAÇÃO NA FONTE DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREIT() DA UFMG ISBN DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

CHAMON JUNIOR, Lúcio Antônio.

C448i

Imputação objetiva e risco no direito penal: do funcionalismo à teoria discursiva do delito/Lúcio Antônio Chamon Junior. -Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.

Inclui Bibliografia. 15,5 x 22,5 - 352 páginas ISBN: 85-7604-089-1

1. Direito Penal - Filosofia 2. Responsabilidade penal. 3. Direito - Filosofia 4. Tipo (Direito Penal) 5. Risco (Direito) 6. Sociologia jurídica 1. Título.

CDU: 343,2.01

### **EDITOR:** ARNALDO OLIVEIRA JUNIOR

Capa: Jamille Barra

COPYRIGHT @ 2005 BY

#### DECÁLOGO LIVRARIA E EDITORA

Rua Espírito Santo, 1.025 – Loja H Centro – CEP 30160-031 – BH – MG
Telefax: (31) 3226 7717
F-mail: editora@mandamentos.com.br

### LIVRARIA MANDAMENTOS

Rua Goitacases, 82 – Centro – CEP 30190-050 – BH – MG Telefax: (31) 3213-2777 F-mail: livaria@mandamentos.com br

Nenhuma parte desta edição pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios ou formas, sem a expressa autorização da editora.

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL

## Sumário

No	Justificativa	
In	Introdução	
	Justificativa	17
2	Colocação do problema	23
3	Questionamentos preliminares	29
4	Do ponto de partida à necessidade da revisão de Literatura	30
Ca	apítulo 1 – DO JUÍZO DE TIPIC DADE COMO JUÍZO	
	NORMATIVO: A TEORIA DA IMPUTA-	
	ÇÃO OBJETIVA COMO MARCO DA	
	DOGMÁTICA PENAL CONTEMPORÂNEA	35
1	Da causalidade à imputação penal	35
2	Da imputação objetiva enquanto proposta operacional	
	do Direito penal	50
3	Desenvolvimento histórico da teoria da imputação obje-	
	tiva até o momento atual e sua justificação teórica	60
	3.1 Perspectiva histórica	60
	3.2 Justificação da teoria	65
4	Operacionalização e sistematicidade no tocante à impu-	
	tação objetiva	70
	4.1 Operacionalização do direito penal proposta pela	
	teoria da imputação objetiva	70
	4.2 A sistematicidade da teoria do delito no marco de	
	uma teoria da imputação objetiva: o risco permitido	75
5	Imputação objetiva e criação de riscos juridicamente	_
	proibidos	82

## STJ00119159

	5.1	Justii	ncação			
	5.2					
		putação objetiva: determinação do risco juridica-				
			e desaprovado			
6	Imputação objetiva e realização de riscos juridicamente					
	proi	bidos				
	6.1	Justif	ficação			
		6.2	Operacionalização do direito penal através			
			da imputação objetiva: realização do risco			
			juridicamente desaprovado no resultado			
			6.2.1 O fim de proteção da norma como			
			critério de determinação estabelecido			
			por C. Roxin			
			6.2.2 Utilização de cursos causais hi-			
			potéticos e a reconstrução de G.			
			Jakobs e Y. Reyes Alvarado			
			Niklas Luhmann a ser considerada em face de la Imputação Objetiva			
Α.	O fu	ituro c	omo risco: contribuições da Teoria dos Siste-			
	mas	à obse	ervação do risco na sociedade moderna			
В.	O fu	ituro e	nquanto vinculado ao presente: por uma pre-			
	cisão	o das c	liferenças entre risco e Direito			
C.	Con	plexio	dade, redução de complexidade e confiança:			
	por	um ret	omo à discussão do tempo			
C	nítula	2 - 1	REORIENTAÇÃO ZETÉTICO-TEORÉTICA			
~•	1		DA DOGMÁTICA JURÍDICA: OS FUNDA-			
			MENTOS DE UM DIREITO PENAL DE-			
			MOCRÁTICO			
1			tos a uma orientação discursiva da Dogmática			
	Jurio	11ca				

2	ços	de Klaus	sujeito responsável à imputação: os avan- Günther rumo a uma nova compreensão do	187
C	apítu	lo 3	RECONSTRUÇÃO DOGMÁTICO- TEÓRICA NO MARCO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: O APORTE DA TEORIA DO DISCURSO PARA UM REPENSAR DO DIREITO PENAL ATRAVÉS DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	217
1	obje	tiva e a jı	ríticas de H. J. Hirsch à teoria da imputação istificação para a sucumbência do finalismo:	
2	-		na interpretação ontolégica  da Teoria da imputação objetiva em ter-	217
2		conform Acerca nindo a	da imputação democrático da imputação frente à causalidade; redefidicotomia objetivo/subjetivo no marco de oria da imputação adequada ao Direito Pe-	237
	2.2	nal dem Critérios	s para atribuição do juízo de tipicidade obje- nforme o constitucionalismo democrático:	237
		•	do os funcionalismos jurídico-penais	248
			provado" ou simples infração de dever? 2.2 Superando reflexos da dicotomia ser/ dever-ser também na teoria do delito: a desconsideração do binômio desvalor da ação/desvalor do resultado em favor de	248
			uma solução publicamente defensável	261
Ex	curso		uma nova proposta interpretativa à Teoria	
			Direito: a releitura possível da Teoria da ação jurídica no marco de uma comunidade	
			dica plural e democrática	273

## STJ00119159

A.	A dicotomia "situação jurídica abstrata"/"situação jurídica concreta" no marco de uma teoria da relação jurídica: a tese de J. Bonnecase	2'
В.	A dicotomia "situação jurídica geral"/"situação jurídica individual" enquanto tentativa de superação da teoria da	
	relação jurídica: as contribuições de L. Duguit e G. JEZE; a redefinição por P. ROUBIER	2
C.	A teoria das situações jurídicas no marco de uma Teoria discursiva do Direito: uma proposta interpretativa	2
Ca	pítulo 4 – TEORIA DISCURSIVA DO DELITO: DO CRIME COMO AÇÃO TÍPICA E CUL-PÁVEL	30
1	Conduta típica: violação de "bem jurídico tutelado" ou infração de dever?	3
2	Tipicidade e ilicitude na Teoria discursiva do Direito Penal	3
3	Culpabilidade e responsabilidade penal: a centralidade da noção de pessoa deliberativa na Teoria discursiva do Direito Penal	3
4	Teoria discursiva do Delito <i>vs.</i> Teoria dos elementos negativos do tipo: superando a operacionalização do Direito enquanto um sistema de regras através da distinção entre discursos de aplicação e justificação	3
5	Conclusão	3
Ap	êndice	3
Ril	ntiografia	3